

Carta provocará crise, prevê Leitão

Ex-ministro de Médiçi acha que haverá confusão geral nos 3 poderes

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

Os três poderes da República entrariam em crise com a vigência da nova Constituição nos termos do modelo aprovado em primeiro turno pela Constituinte, conforme avaliação feita pelo professor Leitão de Abreu. "Haveria ainda uma confusão geral porque vários dispositivos constitucionais dependem de uma vasta legislação posterior para regulamentá-los e que o Congresso Nacional teria dificuldade em aprovar dentro de um prazo adequado", constatou.

"Há uma ressalva na avaliação feita por Leitão de Abreu, professor de Direito Constitucional, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, e ainda com a experiência administrativa de chefe do Gabinete Civil da Presidência durante oito anos no antigo regime com os governos dos generais Médiçi e Figueiredo.

"A avaliação tem que considerar várias coisas. Vem ainda uma votação da Constituição em segundo turno. Mesmo que o texto final fosse o do primeiro turno, haveria ainda seu erro por uma comissão de redação. Além disso haverá a legislação posterior. Tudo isso vai criar um sistema constitucional que terá de ser considerado em seu conjunto. Numa leve alteração de texto, muita coisa pode mudar.

CRISES

"A série de crises previstas por Leitão de Abreu a partir do texto de primeiro turno começa pelo próprio parlamento, que buscou se fortalecer com o modelo constitucional que aprovou para si mesmo. "O Legislativo, que sempre existiu e funcionou, agora fica muito forte, passa a assumir mais responsabilidades com esse despertar de reivindicações sociais", analisa completa.

"Temos uma hipertrofia do Legislativo. Ele terá condições de exercer essa hipertrofia? Estará em condições de exercer todas as funções que se atribuiu? Vai funcionar? O Poder Legislativo vai ter dificuldades.

Nem o Judiciário estaria livre de sua crise. "O Poder Judiciário também terá dificuldades", imagina o professor, inclusive porque o Judiciário tem a incumbência de arbitrar desde conflitos institucionais a pendências entre vizinhos. A própria interpretação do texto constitucional está aos seus cuidados.

Alemães não precisaram do povo

A referência à necessidade de "uma crise profunda para resolver certas coisas", excita Leitão de Abreu a praticar um de seus exercícios intelectuais prediletos: imaginar como uma guerra, por exemplo, pode construir uma sociedade próspera e democrática, como a Alemanha Ocidental. A menção à Alemanha, por sua vez, desperta nele uma antiga paixão pelo direito alemão, "o mais perfeito do mundo".

Tudo isso se relaciona com a realidade atual brasileira de transição política no bojo de uma crise social e cujo suporte constitucional é questionado. O aprofundamento da crise desperta, então, a referência à guerra.

"A guerra é, um choque de caráter crítico. A guerra tem consequências não apenas políticas, mas também no desenvolvimento científico e tecnológico.

Empolgado, dispara a dissertação sobre a guerra mas que ele mesmo interrompe com uma advertência:

"Sou pacifista. Feita a ressalva, retoma sua dissertação:

"A guerra, como choque crítico, leva a uma revisão de todos os conceitos do comportamento humano. Há o desenvolvimento

ARQUIVO



Leitão prefere Carta alemã

Mas as maiores dificuldades seriam do Executivo, cuja experiência de funcionamento Leitão de Abreu também conhece intimamente:

"O Poder Executivo estará manietado.

Uma síntese das dificuldades de todos os poderes está na concessão de anistia a dívidas de empresários que a Constituinte aprovou no final dos trabalhos de primeiro turno sem prever como compensá-la:

"A Constituinte concedeu uma anistia que ela não paga. Anistia que agrava a crise do Executivo, que já sofre na Constituição a transferência de recursos substanciais aos Estados e municípios pela reforma tributária aprovada no primeiro turno e que agora procura cortar suas despesas para enfrentar a conjuntura adversa na economia. "De onde vai retirar recursos para enfrentar suas dificuldades?", questiona o professor.

Todas as dificuldades dos três poderes, em sua opinião, "serão superadas de uma maneira ou outra, mas são imensas". E completa sua perplexidade:

"Já não são tantas as dificuldades existentes sem essa nova Constituição?"

CHEQUE

Uma das novas dificuldades para o Executivo é a extinção da competência do Presidente da República para baixar decreto-lei. "O decreto-lei é uma necessidade moderna que todo país adota para permitir ao Executivo legislar em certas circunstâncias ainda que sem o mesmo nome de decreto-lei", adverte o professor e prossegue:

"Na Inglaterra, há o parlamentarismo, mas há decretos-leis sem o poder de veto do Legislativo. Como o sistema de governo é

de gabinete, este é uma extensão do parlamento e também legisla com o decreto-lei. Na França, é a mesma coisa. Aquí, totalmente cortado.

Mas admite Leitão de Abreu que a nova Constituição não deixa o Executivo ao desamparo:

"A Constituinte cortou o decreto-lei mas cabou dando um cheque em branco ao presidente da República.

O cheque em branco está no artigo 64 do texto final do primeiro turno, elaborado pelo relator Bernardo Cabral. O artigo autoriza o Presidente, "em caso de relevância e urgência", a adotar "medidas provisórias, com força de lei". Medidas que imediatamente seria submetidas ao Congresso, que, se estiver em recesso, será especialmente convocado em cinco dias. As medidas perdem a eficácia desde a sua edição em 30 dias, se não forem convertidas em lei pelo Congresso.

Na concepção de Leitão de Abreu, trata-se de uma "medida de emergência" que representa um cheque em branco ao Presidente porque "tem um alcance enorme".

"Com ela, o Presidente da República recebe um poder enorme. Por isso, não acredito que vingue no segundo turno. Um decreto-lei é muito menos do que uma medida de emergência dessa. Ao contrário do decreto-lei, não tem sua extensão delimitada e nem a natureza.

A extensão do poder de legislar a outras instituições pode ser avaliada, por exemplo, pelas competências atuais do Conselho Monetário Nacional, "com uma legislação enorme que modifica a vida da Nação de um dia para outro". Qualquer pessoa com poder de baixar portaria é um legislador. "Até portarias...", espanta-se com a pulverização do poder de legislar.

Todo esse quadro, conforme Leitão de Abreu, provoca dificuldades mesmo que alguém não queira se opor à nova Constituição:

"Não me oponho à Constituição, que tem muitas coisas boas. Dizem que ela é progressista. Mas o que é progressista? Quando dizem que é progressista é porque é boa para eles, mas será boa para os outros? Dizem que é boa para o povo, mas quem é o povo? Como se compõe o povo? Uma pesquisa muito grande na população pode indicar um alto número de imbecis ou velhaços. Vai se chegar então a conclusões surpreendentes.

Mas Hermann Wever esclareceu que o seu grupo pretende trabalhar através do contrato pessoal com os constituintes, sem participar de campanhas publicitárias na mídia impressa ou de televisão. Cerca de uma hora após a saída dos empresários, Ulysses Guimarães falou à imprensa, considerando válida a iniciativa dos empresários, mas não adiantou a sua posição sobre a reivindicação apresentada:

"Estamos abertos a receber sugestões daqueles que procuram o presidente da Constituinte por meios

EUGENIO NOVAES



Representantes das multinacionais pediram a Ulysses o fim da discriminação

Multis defendem tratamento igual

Representando 68 empresas multinacionais, o diretor presidente da Siemens S.A., Hermann M. Wever, o vice-presidente da General Electric, Nahid Chicani, e o vice-presidente da Philip Morris, Antonio Teixeira da Silva, defenderam ontem junto ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em reunião realizada na sua residência, o fim da discriminação entre empresas brasileiras em função da origem do seu capital. Isto ficaria configurado pelo artigo 177 do projeto de Constituição, que prevê a preferência para as empresas de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo poder público.

Mas Hermann Wever esclareceu que o seu grupo pretende trabalhar através do contrato pessoal com os constituintes, sem participar de campanhas publicitárias na mídia impressa ou de televisão. Cerca de uma hora após a saída dos empresários, Ulysses Guimarães falou à imprensa, considerando válida a iniciativa dos empresários, mas não adiantou a sua posição sobre a reivindicação apresentada:

"Estamos abertos a receber sugestões daqueles que procuram o presidente da Constituinte por meios

dignos e corretos, porque as decisões serão tomadas livremente, imparcialmente, no interesse da Nação.

Ao defenderem a supressão parcial do parágrafo segundo do artigo 177, Hermann Wever explicou a Ulysses que este dispositivo criaria uma discriminação muito grande entre empresas brasileiras. E não apenas as empresas seriam discriminadas, mas também os trabalhadores que participam destas empresas:

Após a reunião, o grupo de empresários divulgou uma nota onde especifica três consequências imediatas da manutenção do artigo 177: a desistência de algumas empresas no que diz respeito às suas atividades no Brasil; a suspensão de investimentos vultuosos destinados à constante modernização tecnológica das demais. Isto acarretará o seu desaparecimento gradativo, por razões mercadológicas e de competitividade, tanto no mercado interno, como — principalmente — no externo; além do aumento de custos e possível diminuição da qualidade tecnológica dos bens e serviços adquiridos pelo poder público, em face da redução de empresas ofertantes.

Depois de ouvir os em-

presários, Ulysses respon-

deu: "Pois bem, apresentem as emendas e elas serão circuladas com as demais nas conversas, inclusive com as lideranças. Vamos ver as razões pros e contras que são apresentadas.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao analisar a pressão de multinacionais sobre a Constituinte, afirmou hoje que "as pressões por força de dinheiro são inaceitáveis".

Logo que foi abordado sobre a utilização de US\$ 2 milhões por empresas multinacionais no convênio de constituintes, Ulysses argumentou que a pressão pelo dinheiro seria inaceitável, mas acrescentou que "o Congresso é imune a isto".

Questionado se esta campanha não representaria um desrespeito à Constituinte, Ulysses respondeu com firmeza:

"Não acho. Não sei se vão fazer esta campanha e não sei o efeito que ela poderia ter. O que eu sei é que o Congresso não decide em função de campanhas. Agora, se vão fazer esta campanha, que o façam por meios que possam fazer. Se fizerem malfesta, ela terá a reprovação da Nação e da própria Constituinte.

PMDB estuda a manutenção do tabelamento dos juros

O PMDB está estudando a possibilidade de manter a previsão do tabelamento das taxas de juros, suprimindo entretanto o percentual de 12% ao ano, e deixando para a lei do sistema financeiro nacional o detalhamento da matéria. Segundo o líder do partido na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), o senador Severo Gomes (SP) e o deputado Fernando Gasparina (SP) — autor da proposta de tabelamento — estão avaliando esta alternativa, "para não engessar a Constituição". Jobim informou também que o PMDB aceita o texto da reforma agrária tal como foi aprovado no primeiro turno de votação, e disse que a tendência da Constituinte é suprimir ou reduzir a anistia financeira a micro e pequenos empresários e a pequenos e médios produtores rurais:

"Dentro do Congresso — afirmou — está transitando uma idéia de que o plenário errou. O líder afirmou que o PMDB ainda não debateu a anistia financeira, o que fará quando estiver próxima a discussão da matéria, "porque até lá vamos ter o caldo de cultura da sociedade". Pessoalmente contrário à anistia, Jobim disse que em seu Estado participou de uma reunião em uma região de pequenos e médios produtores rurais, e recebeu manifestações contrárias à medida:

"O que estava nas galerias do plenário da Câmara

como manifestação da vontade nacional era a manifestação de um setor corporativo da sociedade — concluiu.

Quando à reforma agrária, Jobim declarou que uma análise jurídica do texto permite concluir que não está vedada a desapropriação da propriedade produtiva que não cumpra a função social e que não esteja cumprindo as regras da lei que, de acordo com o projeto, "garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social".

Já o voto aos dezesseis anos divide a bancada, de acordo com Jobim, que pessoalmente defende este direito. Na questão da nacionalização do subsolo, disse que foi feito entre os partidos um acordo para que não haja alterações, com as assinaturas dos líderes.

NA PERIFERIA Jobim passou a manhã de sexta-feira examinando com seus assessores as emendas supressivas que o PMDB apoiará. Ele disse que o partido tem posição aberta em relação "à periferia" do texto, e que a tendência do PMDB é a de manter os acordos estabelecidos no primeiro turno. Admitiu, no entanto, que "poderá surgir adiante uma negociação que importe em mudanças, e qualquer alteração irá decorrer de um novo acor-

AnCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Não se fala em corda na casa de enforcado

Há muita especulação em torno do principal assunto que o presidente Sarney trate, na Bolívia, em sua próxima viagem. Há quem indique, por exemplo, que será a questão do tráfico de narcóticos nas nossas fronteiras, mas aparentemente, o caso seria uma descortesia do visitante.

Acontece que há, hoje, na Bolívia, um grande movimento popular em favor das plantações de coca, em virtude de avalanche perseguidora no mundo inteiro contra a cocaína, que é purificada naquele país.

A polícia do Brasil tem agido de forma inapelável em todos os momentos e já desmantelou vários circuitos da coca em nosso País. E que a produção é muito grande, e a Bolívia sente a necessidade de mais criatividade para fazer chegar o seu produto ao centro de consumo.

Acontece que o que é comum na Bolívia, como plantar coca, é irregular no mundo inteiro. Como muita gente no interior vive do preparo da cocaína, e na capital, igual número controla sua comercialização, há necessidade de se encontrar um modus vivendi, mas a repulsa universal à produção boliviana só pode determinar que seu produto de exportação chegue aos mercados estrangeiros por vias duvidosas.

Ao que parece, o principal assunto do presidente Sarney na Bolívia será a compra de gás, e a construção de um gasoduto ligando os dois países.

Quanto à cocaína, o melhor mesmo será o Brasil ficar de fora, e combater o tráfico em suas fronteiras.

XXXX GOLDEN CROSS — Parece incrível, mas é deplorável o desprezo que uma organização internacional como a Golden Cross devota aos seus clientes, através dos quais tem garantida uma boa arrecadação no correr da vida. Uma reclamação feita em tempo hábil, de um fato deplorável, não mereceu, da empresa, menor resposta, agora o fato de nenhuma providência haver sido adotada.

XXXX FÓRMULA UM — Hoje muda um pouco a "pole position", mas a corrida internacional já está ficando monótona, com Ayrton Senna e Alain Prost correndo um atrás do outro. Se hoje acontecer a mesma coisa, não vale nem a pena ver o resto.

XXXX INVASÕES — A solução do problema das invasões de Brasília a partir dos lotes que o BRB tem em Luziânia é a pior possível. A população invasora, e é bom que se diga, é, em sua maioria, especuladora. Raros são os que não têm lotes em outras invasões. Assim, entregar-se um lote já com boa massa populacional, vai servir apenas para desencadear uma vasta especulação, longe da solução do problema social.

XXXX RIO — Embora sirva para alegrar o bom humor do cartoca, o despejo de esgotos nas praias cariocas continua as autoridades da saúde. No Posto Cinco, apareceu, agora, um novo esgoto, que, com a subida da maré, recebeu o batismo de "pororoca". Pode ser engraçado, mas faz mal à saúde.

XXXX MILHO — "A solução para o Brasil se tornar produtor de milho não é via preço, já que se fossem dispensados ao milho os tratamentos dados à soja e ao trigo alcançaríamos facilmente os cinco mil quilos por hectare, e dobraríamos a produção". A observação foi feita pelo sr. Osvaldo Chuchetta, diretor da Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Paraná.

XXXX OPERAÇÃO — Informa-se, com segurança, que a Usina Angra I voltará a funcionar em novembro. Nesse mês, no Rio, não há vagalumes. Se aparecer será ela mesma...

História de Brasília TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — O prédio onde hoje funciona o Ministério da Justiça, foi construído para ser o Tribunal de Contas da União, e lá, a Corte ainda chegou a funcionar. Durante sua construção, a Caesb, que naquela época se chamava DAE, não queria dar autorização para ligar a água, porque não havia o responsável pelo prédio. Foi então, que um antigo funcionário, assumiu a responsabilidade, e fez o pedido da ligação classificando-se como "proprietário". O prédio foi construído, e durante algum tempo, a conta d'Água era emitida em nome do funcionário.

Xenofobismo de palanque

AZIZ AHMED Editor do Jornal do Comercio

Rio — A condição de diretor-editor do Jornal do Comercio levou-nos a ser um dos convidados ao almoço-debate realizado na última segunda-feira, no restaurante do Jôquei Clube, no centro do Rio. Quatro dirigentes de empresas multinacionais que há décadas atuam no Brasil explicaram, com clareza e sinceridade, suas preocupações com quatro pontos aprovados na Constituinte e que, no entender deles, inibem o investimento estrangeiro no Brasil. Disse-ram que reuniram mais de US\$ 1 milhão, que podiam chegar aos US\$ 2 milhões, em rateio com mais de 20 empresas. Explicaram que tal dinheiro seria usado numa campanha de esclarecimento, através de um plano de mídia, sobre os efeitos dos dispositivos, "capazes de atrasar em pelo menos 50 anos o relógio do desenvolvimento econômico e social brasileiro". E mais: fizeram questão de ressaltar o respeito à soberania da Assembleia Nacional Constituinte, mas se sentiram na obrigação de advertir para as consequências de certas medidas constitucionais, entre elas destacando o artigo 200 do projeto de constituição.

Um comportamento civilizado, empresarial e estritamente dentro dos limites profissionais. Trata-se de um direito soberano do empresário de defender seus investimentos de risco, exigir garantias para os seus negócios e até seus lucros, e avançar para re-

gras definitivas e bem definidas. Por maior que seja o xenofobismo tupiniquim, se estas empresas estão instaladas no Brasil, geram empregos e riquezas, nada mais justo do que, democraticamente, deixá-las apresentar seus argumentos. No dia seguinte, honestamente, cada um dos mais de uma dezena de editores de jornais e revistas que compareceram ao almoço passou a assistir a uma verdadeira distorção de todo o noticiário. Os políticos subiram ao palanque para reclamar de uma coisa que não foi dita pelos empresários, nem publicada pela imprensa. Os dólares seriam gastos num plano de mídia, na tentativa de resgatar a imagem das empresas multinacionais perante a opinião pública e os eleitores. Mas alguns constituintes — da direita e da esquerda — sentiram-se ofendidos com o anúncio e enfiaram uma carapuça, bradando da tribuna e aos setores desinformados da própria imprensa que o dinheiro seria para comprar votos no segundo turno. Diante disso, a poderosa Fiesp, por seus porta-vozes, botou mais lenha na fogueira, ao invés de aproveitar o espaço sempre generoso dos jornais para agir como bombeiro e desarmar a tribuna paralela da desinformação. Não se trata de defender as multinacionais, mas, diante dos fatos desta semana, as pessoas de bom senso começam a perceber que a Constituição está sendo feita para a próxima eleição, não para a próxima geração.